

**GLOBALIZAÇÃO, GEOECONOMIA E GOVERNANÇA JURÍDICA: ESPAÇOS
ECONÔMICOS TRANSTERRITORIAIS E SEGURANÇA REGIONAL NAS
AMÉRICAS**

**GLOBALIZATION, GEOECONOMICS AND LEGAL GOVERNANCE: TRANS-
TERRITORIAL ECONOMIC SPACES AND REGIONAL SECURITY IN THE
AMERICAS**

Hélder Uzêda Castro¹

RESUMO

A reorganização contemporânea da economia global tem produzido transformações profundas na relação entre território, produção e poder econômico. Cadeias globais de valor, redes financeiras transnacionais e infraestruturas logísticas integradas contribuem para a formação de espaços econômicos que ultrapassam os limites tradicionais da organização territorial da economia. Nesse contexto, o continente americano constitui um ambiente particularmente relevante para observar a interação entre integração produtiva, coordenação financeira e desafios emergentes de governança regional. O presente texto analisa como a expansão dessas redes produtivas e financeiras contribui para a formação de espaços econômicos transterritoriais e examina suas implicações para a governança jurídica e para a segurança regional nas Américas. Metodologicamente, o estudo adota a forma de um ensaio teórico interdisciplinar, fundamentado em revisão crítica da literatura nas áreas de economia regional, geografia econômica, sociologia do poder e direito internacional econômico, complementada por análise interpretativa de processos recentes de reorganização produtiva e financeira no continente americano. Os resultados indicam que a globalização contemporânea promove uma reconfiguração simultânea da organização espacial da produção e das estruturas de poder econômico, articulando cadeias globais de valor, redes financeiras e infraestruturas estratégicas em sistemas produtivos distribuídos que operam através de múltiplas jurisdições. Esse processo amplia a interdependência econômica regional, ao mesmo tempo em que introduz novos desafios institucionais relacionados à coordenação regulatória, à proteção de infraestruturas críticas e à segurança regional. O estudo contribui para o debate sobre economia política internacional ao propor o

¹ Economista e Administrador. Professor Colaborador na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH.NOVA) da Universidade NOVA de Lisboa. E-mail: helderuzeda@gmail.com

conceito de espaços econômicos transterritoriais como uma chave analítica para compreender as transformações contemporâneas da governança econômica e territorial no contexto da globalização.

Palavras-chave: globalização; governança jurídica; geoeconomia; espaços econômicos; segurança regional.

ABSTRACT

The contemporary reorganization of the global economy has generated profound transformations in the relationship between territory, production and economic power. Global value chains, transnational financial networks and integrated logistical infrastructures have contributed to the emergence of economic spaces that transcend the traditional territorial boundaries of economic organization. In this context, the American continent constitutes a particularly relevant setting for examining the interaction between productive integration, financial coordination and emerging challenges of regional governance. This article analyzes how the expansion of productive and financial networks contributes to the formation of trans-territorial economic spaces and examines the implications of these configurations for legal governance and regional security in the Americas. Methodologically, the study adopts an interdisciplinary theoretical essay approach grounded in a critical review of the literature in regional economics, economic geography, sociology of power and international economic law, complemented by an interpretative analysis of recent processes of productive and financial reorganization in the American continent. The findings suggest that contemporary globalization produces a simultaneous reconfiguration of the spatial organization of production and the structures of economic power, articulating global value chains, financial networks and strategic infrastructures into distributed productive systems operating across multiple jurisdictions. This process increases regional economic interdependence while simultaneously generating new institutional challenges related to regulatory coordination, the protection of critical infrastructures and regional security. The article contributes to the debate in international political economy by proposing the concept of trans-territorial economic spaces as an analytical framework for understanding the contemporary transformation of economic and territorial governance under globalization.

Keywords: globalization; legal governance; geoeconomics; economic spaces; regional security.

1 INTRODUÇÃO

A intensificação dos fluxos econômicos globais tem produzido uma reconfiguração profunda das formas tradicionais de organização territorial da economia. Cadeias produtivas transnacionais, redes financeiras altamente integradas e infraestruturas logísticas de alcance global passaram a estruturar a circulação de bens, capitais e informações em escalas que transcendem fronteiras nacionais. Nesse cenário, a atividade econômica deixa progressivamente de se organizar exclusivamente dentro de espaços territoriais delimitados, passando a operar por meio de sistemas interconectados que articulam múltiplas jurisdições.

Esse processo representa mais do que uma ampliação do comércio internacional. Trata-se de uma transformação estrutural na forma como território, poder político e coordenação econômica se articulam no contexto da economia global contemporânea. À medida que redes produtivas e financeiras se tornam mais complexas e espacialmente distribuídas, a lógica territorial clássica da organização econômica cede espaço a configurações baseadas em fluxos, conectividade e integração logística.

Diversos autores analisaram diferentes dimensões desse fenômeno. Bauman (2005) destaca a crescente mobilidade do capital e das atividades produtivas na modernidade global, enquanto Castells (1999) descreve a emergência de uma sociedade em rede na qual processos econômicos passam a ser organizados por meio de fluxos globais de informação, conhecimento e investimento. Sob uma perspectiva espacial, Harvey (1989) identifica o fenômeno da compressão espaço-tempo como um elemento central do capitalismo contemporâneo, reduzindo a relevância econômica das distâncias geográficas e acelerando a circulação de mercadorias, capitais e tecnologias.

Essas transformações produzem implicações significativas para os sistemas institucionais e jurídicos. O direito moderno estruturou-se historicamente a partir do princípio da territorialidade da soberania estatal, segundo o qual os Estados exercem autoridade regulatória dentro de limites jurisdicionais definidos. Contudo, a expansão das cadeias produtivas transnacionais e a crescente mobilidade dos fluxos financeiros colocam em tensão esse modelo regulatório. Como argumenta Sassen (2006), a globalização tende a produzir arranjos institucionais complexos nos quais diferentes níveis de

autoridade – nacionais, regionais e transnacionais – passam a coexistir na regulação das atividades econômicas.

No continente americano, essas dinâmicas assumem contornos particularmente expressivos. Nas últimas décadas, a região experimentou uma intensificação significativa da integração produtiva, da circulação de investimentos e da consolidação de corredores logísticos transfronteiriços. A integração industrial da América do Norte, a crescente participação da América Latina em cadeias globais de valor e a expansão de investimentos extrarregionais em infraestrutura estratégica evidenciam a formação de novos padrões de organização econômica regional.

Entretanto, esses processos não se limitam à esfera produtiva. A reorganização das cadeias de valor, a expansão de infraestruturas estratégicas e a circulação ampliada de capitais também produzem implicações relevantes para a governança territorial e para a segurança regional. Disputas por recursos naturais, competição geoeconômica e a atuação de redes ilícitas transnacionais demonstram que a reorganização da economia global frequentemente se articula com dinâmicas geopolíticas e institucionais mais amplas.

Nesse contexto, a economia contemporânea passa a operar cada vez mais por meio do que se pode denominar espaços econômicos transterritoriais². Esses espaços estruturam-se a partir de cadeias de suprimento, redes logísticas, fluxos de investimento e infraestruturas digitais que conectam simultaneamente múltiplos territórios dentro de sistemas integrados de produção e circulação.

Um exemplo ilustrativo dessa dinâmica pode ser observado na integração industrial entre Estados Unidos e México no âmbito das cadeias produtivas norte-americanas. Complexos industriais instalados no norte do território mexicano, articulados a centros tecnológicos, financeiros e logísticos localizados nos Estados Unidos, operam como plataformas produtivas inseridas em cadeias globais de valor. Componentes industriais podem ser projetados nos Estados Unidos, manufaturados ou montados em parques industriais mexicanos e posteriormente distribuídos em mercados internacionais por meio de redes logísticas regionais. Nesse arranjo, diferentes territórios participam de etapas

² Basicamente, sistemas produtivos e financeiros cuja organização funcional ultrapassa os limites jurisdicionais de Estados individuais.

específicas do processo produtivo, enquanto a coordenação estratégica e financeira permanece distribuída entre múltiplos centros decisórios.

A emergência dessas novas configurações econômicas coloca desafios relevantes para os fundamentos jurídicos tanto para a governança quanto para o planejamento regional. Se as atividades econômicas passam a operar através de redes que atravessam diferentes jurisdições, os modelos tradicionais de regulação territorial tornam-se insuficientes para coordenar plenamente tais dinâmicas. Torna-se necessário, portanto, desenvolver formas institucionais capazes de compatibilizar integração econômica, estabilidade regulatória e segurança territorial.

Diante desse cenário, o presente artigo busca responder à seguinte questão de pesquisa: de que maneira a formação de espaços econômicos transterritoriais nas Américas redefine os fundamentos jurídicos da governança regional e da segurança territorial?

Para enfrentar essa questão, o estudo desenvolve um enquadramento analítico interdisciplinar que articula contribuições da economia regional, da geografia econômica, da sociologia do poder e do direito internacional econômico. A análise examina como processos contemporâneos de reorganização produtiva e financeira transformam a relação entre sistemas de produção, autoridade territorial e coordenação institucional no espaço hemisférico.

Além desta introdução, o artigo estrutura-se em cinco seções. A próxima seção examina a transformação do espaço econômico no contexto da globalização contemporânea. Em seguida, analisa-se a emergência de configurações produtivas transnacionais associadas às cadeias globais de valor. A quarta seção discute a crescente influência das redes financeiras globais na coordenação econômica. A quinta seção explora as interações entre reorganização econômica e segurança regional nas Américas. Por fim, a última seção examina os desafios jurídicos relacionados à governança de espaços econômicos transterritoriais.

2 GLOBALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO ECONÔMICO

A globalização contemporânea pode ser compreendida como um processo histórico de reorganização das estruturas produtivas e das formas de

articulação espacial da atividade econômica. Mais do que ampliar a intensidade das trocas internacionais, esse processo altera a própria lógica de localização da produção, reconfigurando as relações entre territórios, redes produtivas e fluxos financeiros.

Uma das dimensões centrais dessa transformação foi identificada por Harvey (1989) ao analisar o fenômeno da compressão espaço-tempo. A aceleração dos transportes, a digitalização dos fluxos informacionais e a integração dos mercados financeiros reduziram significativamente os custos associados à distância geográfica. Como consequência, capitais, tecnologias e mercadorias passaram a circular com velocidade e amplitude inéditas, alterando a organização espacial da economia mundial.

Nesse novo contexto, a produção deixa de se concentrar exclusivamente em espaços nacionais relativamente autossuficientes. As atividades econômicas passam a ser distribuídas em diferentes regiões do planeta, cada uma desempenhando funções específicas dentro de sistemas produtivos mais amplos. Krugman (1991) destaca que fatores como economias de aglomeração, especialização produtiva e eficiência logística tornam-se determinantes para a localização das atividades industriais.

Um exemplo ilustrativo dessa dinâmica também pode ser observado no território mexicano, particularmente nas regiões industriais próximas à fronteira norte do país. Centenas de complexos manufatureiros instalados nesses espaços operam como plataformas produtivas integradas a cadeias globais de valor³, conectando centros de inovação, financiamento e distribuição a diferentes etapas da produção industrial. Nesse arranjo, parques industriais mexicanos participam de processos produtivos transnacionais, nos quais componentes são

³ O Hofusan Industrial Park, localizado no município de Salinas Victoria, no estado de Nuevo León, cerca de 20 km ao norte da cidade de Monterrey e aproximadamente 200 km da fronteira com os Estados Unidos, constitui um exemplo ilustrativo de reorganização produtiva associada a cadeias globais de valor. Desenvolvido a partir de uma parceria entre os grupos chineses Holley Group e Futong Group e a família empresarial mexicana Santos, o parque industrial foi concebido como uma plataforma de atração de investimentos manufatureiros voltados ao mercado norte-americano. O parque tornou-se também um polo de investimento de empresas chinesas que buscam produzir no México para acessar o mercado norte-americano sob as regras do acordo comercial regional, reduzindo custos logísticos e tarifários. Atualmente abriga dezenas de empresas e já ultrapassou US\$ 1 bilhão em investimentos, consolidando-se como um dos principais exemplos recentes de articulação produtiva entre Ásia e América do Norte no contexto das cadeias globais de valor.

projetados, manufaturados, montados e distribuídos em diferentes territórios ao longo da cadeia de suprimentos.

Dinâmica semelhante pode ser observada no Brasil no setor agroindustrial, especialmente nas cadeias globais de *commodities* agrícolas. A produção de soja e outros produtos agrícolas envolve uma extensa rede logística que conecta regiões produtoras do interior do país a portos atlânticos e a mercados consumidores na Ásia e na Europa. Nesse caso, o território brasileiro desempenha função estratégica na produção e no processamento primário de *commodities*, enquanto atividades relacionadas ao financiamento, à comercialização internacional e à coordenação logística frequentemente se articulam em centros financeiros e comerciais situados em diferentes regiões do sistema econômico global.

Esses exemplos evidenciam como diferentes territórios passam a desempenhar funções especializadas dentro de sistemas produtivos distribuídos, nos quais a produção, a circulação e a coordenação econômica se organizam em redes que ultrapassam as fronteiras nacionais.

Essa reorganização espacial contribui para a formação de sistemas produtivos regionalizados integrados em escala global. Territórios específicos passam a desempenhar papéis complementares dentro de redes produtivas distribuídas, conectando centros industriais, polos de inovação e plataformas logísticas. Storper (1997) observa que a competitividade econômica contemporânea depende cada vez mais da capacidade de regiões integrarem redes de conhecimento, infraestrutura e produção.

Do ponto de vista analítico, essa transformação implica uma mudança significativa na forma como o espaço econômico é compreendido. Se, durante grande parte do século XX, o desenvolvimento era frequentemente interpretado a partir de economias nacionais relativamente delimitadas, a globalização contemporânea revela uma configuração mais complexa, na qual diferentes escalas territoriais – local, regional e global – se articulam simultaneamente.

Nesse cenário, o território não desaparece como referência da atividade econômica. Ao contrário, sua função se transforma. Regiões passam a desempenhar papéis estratégicos na articulação de redes produtivas, oferecendo infraestrutura logística, capacidade tecnológica e ambientes institucionais favoráveis à inovação. Assim, a inserção competitiva de territórios

na economia global depende cada vez mais de sua capacidade de integração em sistemas produtivos distribuídos.

Essa dinâmica produz também implicações institucionais relevantes. Embora a soberania estatal permaneça como princípio estruturante da ordem internacional, sua capacidade de regular fluxos econômicos altamente móveis torna-se progressivamente mais limitada. A crescente complexidade das cadeias produtivas e a expansão dos mercados financeiros internacionais exigem mecanismos de coordenação que ultrapassam os limites tradicionais da regulação territorial.

Como resultado, a globalização contemporânea pode ser interpretada como um processo simultâneo de integração econômica e reconfiguração institucional. A expansão das redes produtivas e financeiras redefine a forma como territórios se articulam no sistema econômico internacional, ao mesmo tempo em que coloca novos desafios para os mecanismos de governança capazes de coordenar essas dinâmicas.

É nesse contexto que se torna possível compreender a emergência de configurações produtivas distribuídas que operam através de múltiplas jurisdições, fenômeno que prepara o terreno analítico para a discussão apresentada na próxima seção. A expansão das cadeias globais de valor e a crescente mobilidade da produção constituem elementos centrais dessa transformação, dando origem a arranjos produtivos cuja organização ultrapassa os limites territoriais tradicionais.

A seção seguinte examina precisamente essa dinâmica, analisando como a reorganização contemporânea da produção contribui para a formação de espaços econômicos estruturados por redes produtivas transfronteiriças.

3 CADEIAS GLOBAIS DE VALOR E REORGANIZAÇÃO PRODUTIVA NAS AMÉRICAS

A reorganização contemporânea da produção global está profundamente associada à expansão das cadeias globais de valor. Nesse modelo organizacional, diferentes etapas do processo produtivo são distribuídas entre múltiplos territórios, conectados por redes logísticas, fluxos de investimento e estruturas de coordenação empresarial. Em vez de concentrar integralmente as atividades industriais em um único país, as corporações transnacionais passam

a localizar segmentos específicos da produção em regiões que oferecem vantagens relativas em custos, infraestrutura, especialização produtiva e acesso a mercados.

A literatura sobre cadeias globais de valor demonstra que esse processo altera significativamente a geografia da produção industrial. Para Gereffi (1994, 1999), a competitividade contemporânea depende, em medida crescente, da capacidade de territórios integrarem redes produtivas internacionalizadas, nas quais diferentes países participam de etapas distintas da manufatura, da montagem e da circulação de bens. Nessa perspectiva, a produção deixa de se organizar apenas no interior de economias nacionais relativamente delimitadas e passa a operar por meio de sistemas articulados em escala transfronteiriça.

No continente americano, a América do Norte oferece um dos exemplos mais expressivos dessa reorganização. Desde a consolidação dos acordos comerciais entre Estados Unidos, México e Canadá, inicialmente sob o NAFTA e, mais recentemente, sob o USMCA⁴, a região passou a estruturar-se como um espaço de integração industrial relativamente denso, no qual cadeias produtivas distribuídas conectam centros tecnológicos, financeiros e industriais a plataformas manufatureiras instaladas em diferentes pontos do território regional.

Um dos elementos mais visíveis dessa dinâmica é a formação de grandes complexos de parques industriais ao longo da fronteira mexicano-americana, historicamente vinculados ao modelo das maquiladoras. Esses complexos operam como plataformas de produção e montagem voltadas ao mercado norte-americano, permitindo que empresas multinacionais organizem a manufatura de modo fragmentado e funcionalmente integrado entre diferentes jurisdições. Nesse arranjo, o território mexicano assume papel estratégico como espaço de

⁴ O United States–Mexico–Canada Agreement (USMCA) é o acordo de livre comércio que substituiu o North American Free Trade Agreement (NAFTA), originalmente firmado em 1994 entre Estados Unidos, México e Canadá. O novo tratado foi negociado entre 2017 e 2018 e entrou em vigor em 1º de julho de 2020, mantendo a integração econômica regional da América do Norte, mas introduzindo novas disposições relativas a comércio digital, propriedade intelectual, regras de origem mais rigorosas para o setor automotivo, normas trabalhistas e mecanismos de solução de controvérsias. O acordo também busca reforçar cadeias produtivas regionais e reduzir dependências externas em setores estratégicos, consolidando a América do Norte como um dos principais espaços de integração econômica do sistema internacional.

articulação entre custos produtivos mais baixos, proximidade geográfica com os Estados Unidos e inserção em regimes preferenciais de comércio regional.

Essa configuração ilustra de modo particularmente claro o argumento de que o território não desaparece com a globalização, mas tem sua função reconfigurada. Em vez de constituir apenas a base física da soberania estatal, ele passa a integrar redes produtivas mais amplas, nas quais desempenha funções especializadas de montagem, logística, processamento e circulação. A produção, nesse sentido, organiza-se de forma distribuída, mas não desterritorializada: ela depende de territórios funcionalmente conectados e institucionalmente diferenciados.

Nos últimos anos, essa arquitetura regional tornou-se ainda mais complexa com a crescente presença da China na economia latino-americana e, em particular, com seus efeitos indiretos e diretos sobre o espaço produtivo mexicano. Dussel Peters (2005, 2009) observa que a expansão econômica chinesa alterou o equilíbrio competitivo e produtivo da região ao introduzir uma nova lógica de interdependência entre cadeias industriais asiáticas, mercados norte-americanos e plataformas produtivas latino-americanas. No caso mexicano, isso se manifesta tanto pela competição com manufaturas chinesas em determinados segmentos exportadores quanto pela incorporação de insumos, investimentos e estratégias empresariais ligadas ao circuito econômico chinês.

Esse movimento produz uma configuração triangular particularmente relevante: o México permanece articulado aos acordos de livre comércio com Estados Unidos e Canadá, mas passa também a sofrer os efeitos da crescente centralidade chinesa na reorganização global da manufatura. Em consequência, os complexos industriais instalados em território mexicano deixam de ser explicados apenas pela lógica bilateral México-Estados Unidos e passam a ser compreendidos dentro de uma estrutura geoeconômica mais ampla, na qual a influência chinesa redefine padrões de concorrência, investimento e inserção produtiva regional.

Além de seus efeitos estritamente econômicos, essa reorganização possui implicações institucionais e culturais. Os espaços industriais fronteiriços constituem ambientes de interação contínua entre práticas empresariais norte-americanas, estruturas regulatórias mexicanas e dinâmicas produtivas globais.

A coexistência desses elementos produz formas híbridas de organização, nas quais normas, rotinas de trabalho, expectativas institucionais e padrões de coordenação são continuamente negociados.

Assim, os parques industriais sino-mexicanos podem ser compreendidos não apenas como enclaves manufatureiros, mas como espaços de intermediação econômica, institucional e cultural. Frequentemente interpretados como vetores de projeção de influência econômica e geoestratégica no território, esses complexos produtivos articulam investimentos internacionais, regimes comerciais regionais e redes logísticas transnacionais, contribuindo para redefinir as formas de inserção territorial nas cadeias globais de valor. No plano cultural, essa presença econômica também se associa à expansão de iniciativas de cooperação educacional e cultural, como a atuação dos Institutos Confúcio em universidades latino-americanas, frequentemente analisados como instrumentos de diplomacia cultural e projeção de *soft power*⁵ por parte da China.

Sob essa perspectiva, a expansão das cadeias globais de valor não apenas redistribui atividades industriais no espaço internacional, mas também transforma as formas de articulação entre território, instituições e cultura organizacional. Regiões integradas a esses sistemas passam a desempenhar papéis estratégicos na coordenação logística e industrial de redes transnacionais, ao mesmo tempo em que se tornam mais sensíveis a mudanças nos fluxos comerciais, nas estratégias empresariais e nas disputas geoeconômicas.

A reorganização produtiva observada nas Américas constitui, portanto, um elemento decisivo para compreender a formação de espaços econômicos estruturados por fluxos produtivos e logísticos que atravessam múltiplas jurisdições. Essas configurações ampliam a interdependência regional, mas também introduzem novas vulnerabilidades associadas à dependência de

⁵ O conceito de *soft power* refere-se à capacidade de um ator político – especialmente Estados – de influenciar o comportamento e as preferências de outros atores por meio de mecanismos de atração, legitimidade e persuasão, em vez do uso direto de coerção militar ou pressão econômica. O termo foi desenvolvido por Joseph S. Nye Jr., que argumenta que elementos como cultura, valores políticos, instituições e políticas externas percebidas como legítimas podem constituir importantes fontes de influência no sistema internacional. Nesse sentido, instrumentos de diplomacia cultural, cooperação educacional e intercâmbio acadêmico frequentemente são analisados como mecanismos de projeção de *soft power* nas relações internacionais (NYE, 2004).

infraestrutura crítica, cadeias de suprimento complexas e centros decisórios externos ao território em que parte substancial da produção é realizada.

É justamente essa interdependência crescente que prepara a transição para a discussão seguinte. À medida que a produção se reorganiza em redes distribuídas e hierarquizadas, torna-se necessário examinar também os mecanismos de coordenação financeira e estratégica que sustentam tais arranjos. A seção seguinte, por isso, analisa o papel das redes financeiras globais na organização do poder econômico contemporâneo.

4 REDES FINANCEIRAS GLOBAIS E COORDENAÇÃO DO PODER ECONÔMICO

A reorganização contemporânea da economia global não se limita à redistribuição espacial da produção. Paralelamente à expansão das cadeias globais de valor, observa-se uma crescente centralização do poder econômico em redes financeiras capazes de coordenar investimentos, influenciar estratégias empresariais e moldar decisões institucionais em escala internacional.

Desde o final do século XX, a expansão dos mercados financeiros e a liberalização dos fluxos de capital contribuíram para ampliar o papel das instituições financeiras na organização da atividade econômica. Nesse contexto, grandes bancos, fundos de investimento e gestoras de ativos passaram a desempenhar funções cada vez mais relevantes na alocação de recursos, na governança corporativa e na definição de estratégias empresariais globais.

Susan Strange (1996) argumenta que o sistema financeiro internacional constitui uma das principais fontes de poder estrutural na economia global. Diferentemente do poder político tradicional exercido diretamente por Estados, o poder estrutural manifesta-se na capacidade de determinadas instituições moldarem as condições dentro das quais outros atores tomam decisões econômicas. No caso das finanças internacionais, isso ocorre por meio da capacidade de influenciar fluxos de investimento, condições de crédito e expectativas de mercado.

A crescente centralidade do setor financeiro também está associada ao fenômeno frequentemente descrito como financeirização da economia⁶. Segundo Lazonick (2014), nas últimas décadas observou-se uma transformação na governança das grandes corporações, marcada pela crescente influência de investidores institucionais e pela prioridade atribuída à maximização do valor para os acionistas. Esse processo altera a dinâmica de decisão empresarial, deslocando parte do poder estratégico das estruturas produtivas para os centros de coordenação financeira.

Um dos elementos mais expressivos dessa transformação é a expansão das grandes gestoras globais de ativos. Instituições como BlackRock, Vanguard e State Street administram volumes de recursos que superam o produto interno bruto de muitos países e possuem participações acionárias relevantes em milhares de empresas ao redor do mundo. Fichtner, Heemskerk e Garcia-Bernardo (2017) demonstram que essas gestoras ocupam posições acionárias simultâneas em grande parte das corporações listadas nas principais bolsas internacionais, o que lhes confere capacidade significativa de influência sobre decisões estratégicas e estruturas de governança corporativa.

Essa concentração de capital financeiro produz efeitos que ultrapassam o âmbito estritamente empresarial. Ao exercer influência sobre conselhos de administração, políticas de investimento e estratégias corporativas, as grandes gestoras tornam-se atores relevantes na definição das prioridades econômicas de setores inteiros da economia global. Além disso, sua atuação frequentemente se estende ao campo das políticas públicas, seja por meio de participação em processos de regulação financeira, seja por meio de sua interação com governos e organismos internacionais.

Nesse sentido, a governança do capitalismo contemporâneo passa a envolver uma complexa interação entre Estados, corporações multinacionais e instituições financeiras transnacionais. O poder econômico não se concentra

⁶ O termo financeirização da economia refere-se ao processo pelo qual atividades, instituições e mercados financeiros passam a exercer influência crescente sobre a organização da economia, a governança das empresas e as decisões de política econômica. Nesse contexto, lucros, investimentos e estratégias corporativas tornam-se progressivamente orientados por critérios financeiros e pela valorização de ativos, em detrimento de lógicas produtivas tradicionais. A literatura sobre o tema destaca que esse processo envolve a expansão do papel de investidores institucionais, a centralidade dos mercados de capitais na alocação de recursos e a crescente influência de atores financeiros na governança corporativa e nas políticas públicas (EPSTEIN, 2005; LAZONICK, 2014).

apenas na produção ou no controle territorial, mas também na capacidade de coordenar fluxos de capital e orientar decisões de investimento em escala global.

Essas dinâmicas tornam-se particularmente relevantes quando observadas no contexto das transformações econômicas nas Américas. A expansão de investimentos em infraestrutura, energia e tecnologia na região frequentemente depende da participação de grandes fundos internacionais e de instituições financeiras globais. Dessa forma, decisões tomadas em centros financeiros internacionais podem exercer influência direta sobre processos de desenvolvimento regional, estratégias empresariais e políticas públicas.

Ao mesmo tempo, a crescente integração entre finanças globais e estruturas produtivas amplia a interdependência entre economia e segurança estratégica. Infraestruturas críticas, cadeias de suprimento e setores considerados estratégicos tornam-se cada vez mais dependentes de fluxos de investimento e decisões financeiras que transcendem fronteiras nacionais.

Essa interação entre redes financeiras, estruturas produtivas e decisões institucionais contribui para redefinir as formas contemporâneas de poder econômico. Em vez de se manifestar apenas por meio do controle direto de territórios ou recursos naturais, o poder passa a operar também por meio da capacidade de orientar fluxos financeiros e moldar decisões organizacionais em escala global.

Essa constatação conduz diretamente à questão central da seção seguinte. À medida que economia produtiva, capital financeiro e infraestrutura estratégica se tornam progressivamente interdependentes, as dinâmicas econômicas passam a adquirir também uma dimensão de segurança regional. A próxima seção examina precisamente essa interseção, analisando como a reorganização da economia global influencia os debates contemporâneos sobre poder, território e segurança no continente americano.

6 DISCUSSÃO E CONTRIBUIÇÕES ANALÍTICAS DO ESTUDO

A análise desenvolvida ao longo deste ensaio evidencia que a reorganização contemporânea da economia global não pode ser compreendida apenas como um processo de intensificação das trocas comerciais ou de expansão das cadeias produtivas internacionais. Trata-se, antes, de uma transformação estrutural que redefine simultaneamente a organização do

espaço econômico, os mecanismos de coordenação financeira e as formas institucionais de governança territorial.

A literatura examinada ao longo do artigo demonstra que a produção contemporânea tende a organizar-se em redes distribuídas que conectam diferentes territórios em sistemas produtivos integrados. Cadeias globais de valor fragmentam a produção em múltiplas etapas, localizadas em regiões que oferecem vantagens específicas em infraestrutura, custo do trabalho, acesso a mercados ou especialização tecnológica. Como resultado, a geografia da produção passa a assumir um caráter funcionalmente articulado, no qual diferentes territórios desempenham papéis complementares dentro de sistemas produtivos transnacionais.

Entretanto, a reorganização produtiva observada nas últimas décadas não ocorre de forma isolada. Ela se articula com transformações paralelas na estrutura do poder econômico global. A crescente centralidade das instituições financeiras e das grandes gestoras de ativos introduz novos mecanismos de coordenação capazes de influenciar decisões empresariais, orientar fluxos de investimento e moldar estratégias de desenvolvimento em diferentes regiões do mundo. Dessa forma, cadeias produtivas distribuídas e redes financeiras globais passam a operar de maneira interdependente, constituindo uma arquitetura econômica complexa na qual produção, capital e informação circulam através de múltiplas jurisdições.

A partir dessa articulação entre reorganização produtiva e centralização financeira, torna-se possível compreender a emergência do que este artigo denomina espaços econômicos transterritoriais. Esses espaços não correspondem simplesmente a regiões geográficas delimitadas, mas a configurações econômicas estruturadas por fluxos produtivos, logísticos e financeiros que conectam diferentes territórios dentro de sistemas integrados de coordenação econômica.

No contexto das Américas, essa dinâmica manifesta-se de forma particularmente clara. A integração industrial da América do Norte, a expansão de parques industriais no território mexicano, a crescente participação da América Latina em cadeias globais de valor e a presença ampliada de investimentos extrarregionais evidenciam a formação de estruturas produtivas que ultrapassam os limites tradicionais da organização econômica nacional.

Esses sistemas produtivos regionais operam simultaneamente em múltiplas escalas – local, nacional e internacional – criando formas híbridas de articulação entre território, produção e governança institucional.

Essa configuração gera implicações relevantes para o campo da governança jurídica e da segurança regional. Se as atividades econômicas passam a organizar-se por meio de redes que atravessam diferentes jurisdições, os instrumentos jurídicos baseados exclusivamente na territorialidade estatal tornam-se progressivamente insuficientes para coordenar tais dinâmicas. Surge, portanto, a necessidade de estruturas institucionais capazes de articular cooperação regulatória, estabilidade econômica e proteção de infraestruturas estratégicas.

Ao mesmo tempo, a crescente interdependência econômica regional introduz novos desafios relacionados à segurança. Cadeias produtivas distribuídas, corredores logísticos internacionais e sistemas energéticos integrados tornam-se elementos centrais da estabilidade econômica regional. A proteção dessas infraestruturas e fluxos passa a constituir um componente cada vez mais relevante das estratégias de segurança contemporâneas.

A principal contribuição analítica deste estudo reside precisamente na articulação entre essas dimensões. Ao integrar contribuições da economia regional, da geografia econômica, da sociologia do poder e do direito internacional econômico, o artigo propõe interpretar a globalização contemporânea não apenas como um processo de integração econômica, mas como uma reconfiguração institucional do espaço econômico global.

Sob essa perspectiva, a governança econômica contemporânea deve ser compreendida como um sistema policêntrico de coordenação no qual Estados, corporações transnacionais, instituições financeiras e regimes jurídicos interagem na organização de fluxos produtivos e financeiros que atravessam fronteiras nacionais. A emergência de espaços econômicos transterritoriais constitui, portanto, um dos elementos centrais para compreender as transformações atuais da economia política internacional.

Essas reflexões permitem avançar na compreensão das relações entre economia, território e poder no contexto da globalização contemporânea, oferecendo um quadro analítico que contribui para interpretar as dinâmicas econômicas e institucionais que estruturam o espaço hemisférico americano.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações analisadas ao longo deste estudo evidenciam que a reorganização contemporânea da economia global não pode ser compreendida apenas como um processo de expansão das trocas internacionais ou de intensificação da integração produtiva. Trata-se, antes, de uma reconfiguração estrutural que altera simultaneamente a organização do espaço econômico, as formas de coordenação financeira e os mecanismos institucionais de governança.

A análise desenvolvida mostrou que a expansão das cadeias globais de valor redistribui atividades produtivas entre diferentes territórios, criando sistemas industriais distribuídos que operam por meio de redes logísticas e produtivas transnacionais. Ao mesmo tempo, a crescente centralização do capital em instituições financeiras globais amplia o papel das redes financeiras na coordenação de decisões empresariais e estratégias de investimento. Esses dois processos – reorganização produtiva e centralização financeira – passam a atuar de forma interdependente na estruturação da economia contemporânea.

No contexto das Américas, essa dinâmica manifesta-se por meio da integração industrial da América do Norte, da expansão de complexos manufatureiros no território mexicano e da crescente presença de investimentos extrarregionais em setores estratégicos da América Latina. Esses processos contribuem para a formação de estruturas produtivas regionais que ultrapassam os limites tradicionais das economias nacionais, conectando diferentes territórios em sistemas produtivos integrados.

A partir dessa perspectiva, o artigo propôs interpretar tais transformações por meio do conceito de espaços econômicos transterritoriais. Esses correspondem a configurações econômicas estruturadas por fluxos produtivos, financeiros e logísticos que articulam múltiplas jurisdições dentro de sistemas integrados de coordenação econômica. Em vez de substituir o território como categoria analítica, essas configurações redefinem seu papel na organização da economia global, transformando regiões em nós estratégicos de redes produtivas e financeiras transnacionais.

Essa reorganização possui implicações relevantes para a governança jurídica e para a segurança regional. À medida que atividades econômicas

passam a operar por meio de redes que atravessam diferentes jurisdições, os instrumentos jurídicos baseados exclusivamente na territorialidade estatal tornam-se insuficientes para coordenar plenamente tais dinâmicas. Torna-se necessário, portanto, desenvolver mecanismos institucionais capazes de articular integração econômica, estabilidade regulatória e proteção de infraestruturas estratégicas.

Do ponto de vista teórico, a principal contribuição do estudo reside na articulação entre diferentes campos analíticos: economia regional, geografia econômica, sociologia do poder e direito internacional econômico; para interpretar as transformações contemporâneas da economia política internacional. Essa abordagem permite compreender a globalização não apenas como um processo de integração econômica, mas como uma reconfiguração institucional do espaço econômico global.

Por fim, o artigo sugere que futuras pesquisas podem aprofundar a análise empírica desses processos, especialmente no que se refere à governança de infraestruturas estratégicas, à proteção de cadeias de suprimento críticas e às implicações geopolíticas da crescente interdependência econômica regional. A compreensão dessas dinâmicas torna-se cada vez mais relevante para a formulação de políticas públicas e para o desenvolvimento de estruturas institucionais capazes de conciliar desenvolvimento econômico, estabilidade regulatória e segurança territorial no contexto da economia global contemporânea.

REFERÊNCIAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Endogenous development: networking, innovation, institutions and cities**. London: Routledge, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BOISIER, Sergio. **Modernidad y territorio**. Santiago: CEPAL, 1996.

BOISIER, Sergio. ¿Hay espacio para el desarrollo local en la globalización? **Revista CEPAL**, n. 86, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DUSSEL PETERS, Enrique. **China's economic presence in Mexico and Latin America**. Mexico City: UNAM, 2009.

EPSTEIN, Gerald A. **Financialization and the world economy**. Cheltenham: Edward Elgar, 2005.

FICHTNER, Jan; HEEMSKERK, Eelke; GARCIA-BERNARDO, Javier. Hidden power of the Big Three? Passive index funds, re-concentration of corporate ownership and new financial risk. **Business and Politics**, v. 19, n. 2, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

GEREFFI, Gary. The organization of buyer-driven global commodity chains. In:

GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel (org.). **Commodity chains and global capitalism**. Westport: Praeger, 1994.

GEREFFI, Gary. International trade and industrial upgrading in the apparel commodity chain. **Journal of International Economics**, v. 48, 1999.

HARVEY, David. **The condition of postmodernity**. Oxford: Blackwell, 1989.

KRUGMAN, Paul. **Geography and trade**. Cambridge: MIT Press, 1991.

LAZONICK, William. Profits without prosperity. **Harvard Business Review**, v. 92, n. 9, 2014.

NYE JR., Joseph S. **Soft power: the means to success in world politics**. New York: PublicAffairs, 2004.

SASSEN, Saskia. **Territory, authority, rights: from medieval to global assemblages**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

STORPER, Michael. **The regional world: territorial development in a global economy**. New York: Guilford Press, 1997.

STRANGE, Susan. **The retreat of the state: the diffusion of power in the world economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.